

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2020.



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019	11



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos:
Administradores e Conselheiros da
Rede nacional de ensino e pesquisa - RNP
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa nº. 1, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP depende do recebimento de repasse de recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC e outros ministérios para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro, conseqüentemente esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota explicativa nº. 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2021.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	177.031.028	269.589.393	Fornecedores	12	13.859.273	15.074.440
Clientes a receber	5	5.555.886	5.716.084	Passivo de arrendamento	13	1.195.349	1.170.183
Estoque de material de consumo	-	8.458	-	Obrigações fiscais	14	1.957.810	1.982.510
Garantias	6	939.185	905.938	Obrigações sociais	-	1.972.056	1.655.934
Adiantamentos a terceiros	7	2.162.750	308.485	Obrigações trabalhistas	15	10.385.586	8.967.619
Créditos de funcionários	-	571.184	626.825	Obrigações em circulação	16	186.518.498	237.841.049
Despesas pagas antecipadamente	-	443.847	1.758.531	Outras contas a pagar	-	3.999	-
Impostos e contribuições a recuperar	-	2.221	-				
Total do Circulante		186.714.559	278.905.256	Total do Circulante		215.892.571	266.691.735
Não Circulante				Não Circulante			
Despesas pagas antecipadamente	-	654.798	723.151	Provisão para riscos judiciais	17	20.675.737	21.552.843
Depósitos judiciais	8	3.130.863	3.048.291	Passivo de arrendamento	13	753.429	1.125.990
Garantias	6	165.000	102.000	Total do Não Circulante		21.429.166	22.678.833
Direito de uso de arrendamento	9	1.860.207	2.237.983	Patrimônio Líquido	18		
Imobilizado	10	57.687.838	45.301.453	Patrimônio Social		54.939.354	50.102.677
Intangível	11	24.720.379	13.991.788	(Déficit) / Superávit acumulado		(17.327.446)	4.836.677
Total do Não Circulante		88.219.085	65.404.666	Total do Patrimônio Líquido		37.611.908	54.939.354
TOTAL DO ATIVO		274.933.644	344.309.922	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		274.933.644	344.309.922

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas com restrição			
Receita do contrato de gestão	16	229.606.887	217.835.525
Receita de convênios	19	8.480.108	24.758.567
Receitas sem restrição			
Receitas de prestação de serviços	20	23.238.618	29.233.913
Tributos sobre serviços prestados	20	(2.953.546)	(3.458.408)
		20.285.072	25.775.504
Receita		258.372.067	268.369.596
(Despesas) / receitas operacionais			
Despesas com pessoal	21	(75.174.796)	(68.260.317)
Provisão de férias e 13º salário	-	(5.332.572)	(4.021.365)
Reversão de provisão para riscos judiciais	17	718.234	102.907
Despesas gerais e administrativas	22	(171.026.523)	(181.712.159)
Despesas tributárias	23	(2.147.588)	(2.097.524)
Depreciação e amortização	10 e 11	(16.635.834)	(16.197.873)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	(5.853.672)	4.616.753
		(275.452.751)	(267.569.579)
Despesas financeiras		(1.969.325)	(2.216.750)
Receitas financeiras		1.722.563	6.253.408
Resultado financeiro líquido	25	(246.762)	4.036.658
Total das despesas/receitas operacionais		(275.699.513)	(263.532.921)
(Déficit) /Superávit do exercício		(17.327.446)	4.836.677

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2018	49.719.850	382.827	50.102.677
Incorporação de superávit	382.827	(382.827)	-
Superávit do exercício	-	4.836.677	4.836.677
Em 31 de dezembro de 2019	50.102.677	4.836.677	54.939.354
Incorporação de superávit	4.836.677	(4.836.677)	-
Déficit do exercício	-	(17.327.446)	(17.327.446)
Em 31 de dezembro de 2020	54.939.354	(17.327.446)	37.611.908

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
(Déficit) / Superávit do exercício	(17.327.446)	4.836.677
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(17.327.446)</u>	<u>4.836.677</u>

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) / Superávit do exercício	(17.327.446)	4.836.677
Depreciação e amortização	13.968.445	12.900.129
Baixa de ativo imobilizado e intangível	166.922	101.839
Amortização de despesa antecipada	1.158.592	1.986.157
Juros incorridos sobre arrendamentos	150.452	180.915
Amortização do direito de uso dos arrendamentos	1.508.797	1.311.587
Baixa de outras contas a pagar	-	(44.110)
Reversão de provisão para riscos judiciais	(718.234)	(102.907)
Reversão de provisão para perda no ativo imobilizado/intangível	(41.260)	(4.518.449)
Provisão (reversão) de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	68.603	(60.000)
	(1.065.130)	16.591.838
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Varição em clientes a receber	91.595	(4.087.839)
Varição em estoque de material de consumo	(8.458)	-
Varição em depósitos em garantia (curto e longo prazo)	(96.247)	(293.869)
Varição em adiantamentos a terceiros	(1.854.265)	292.296
Varição em crédito de funcionários	55.641	(459.843)
Varição em despesas pagas antecipadamente (curto e longo prazo)	224.446	234.121
Varição em tributos e contribuições a recuperar	(2.221)	6
Varição em depósitos judiciais	(82.572)	(291.199)
	(1.672.081)	(4.606.327)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Varição em fornecedores	(1.215.170)	3.610.923
Varição em obrigações fiscais	(24.700)	325.995
Varição em obrigações sociais	316.122	(111.030)
Varição em provisões trabalhistas	1.417.967	(2.073.582)
Varição em obrigações em circulação	(51.322.551)	51.727.622
Varição em contas a pagar	3.999	-
Varição em provisão para riscos judiciais	(158.872)	(2.963.770)
	(50.720.416)	50.516.158
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(53.720.416)	62.501.669
Fluxo de Caixa das Atividades de investimento		
Varição em direito de uso sobre arrendamentos	(1.131.020)	(3.549.570)
Adições de imobilizado e intangível	(37.209.082)	(37.764.224)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(38.340.102)	(41.313.794)
Fluxo de Caixa das Atividades de financiamento		
Varição em passivo de arrendamento	(497.847)	2.115.259
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(497.847)	2.115.259
(Redução)/Aumento líquido do caixa e equivalente de caixa	(92.558.365)	23.303.135
Caixa e equivalente de caixa no início exercício	269.589.393	246.286.258
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	177.031.028	269.589.393
(Redução)/Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(92.558.365)	23.303.135

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

1. Informações sobre a entidade

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP (Associação e/ou Entidade), localizada na Rua Lauro Muller 116, sala 1.103, Botafogo - Rio de Janeiro – RJ, foi qualificada como Organização Social por meio do Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constituiu como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou *backbone*, chamada Rede Ipê, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento, onde seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional no qual os experimentos de TIC são utilizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes.

As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e a RNP, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. O mesmo foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos e, por fim, foi estabelecido novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência inicial de 6 anos adicionais.

Em 5 de fevereiro de 2016, a Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) encaminhou, para todas as Organizações Sociais vinculadas, as orientações acerca do processo de renovação dos Contratos de Gestão. Para as Organizações Sociais com contratos vigentes, como a RNP, o processo engloba as seguintes etapas: elaboração do plano de fomento de consulta pública para obtenção de contribuições da sociedade, além da negociação e assinatura do contrato.

A proposta de plano de fomento para o novo ciclo do Contrato de Gestão 2018-2022 foi elaborada em 2017, contendo: Plano de Ação Plurianual, Quadro de Indicadores e Metas com memória de cálculo, sistemática de avaliação, orçamento estimativo e cronograma de desembolso.

A RNP depende do recebimento de repasse de recursos do MCTIC para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato, a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da RNP são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Não existem transações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos nas operações realizadas pela Entidade nos exercícios apresentados.

As demonstrações contábeis da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 05 de fevereiro de 2021.

2.2 Impactos relacionados à pandemia Covid-19

A disseminação da pandemia do Covid-19 desde o início de 2020, tem afetado diversos negócios e atividades econômicas em escala global. Neste cenário de incerteza, a Entidade instituiu um Comitê interno, chamado de “Comitê Covid-19”, que vem acompanhando a evolução da pandemia, tomando as decisões importantes para a organização, e atuando em dois pilares: a preservação das pessoas e manutenção da eficiência operacional.

O quadro de colaboradores está em sua grande maioria atuando de forma remota e respeitando todos os decretos vigentes.

Apesar de ter ocorrido uma redução de aproximadamente 60% do faturamento dos serviços de cursos presenciais no ano, a partir do segundo semestre de 2020, a RNP direcionou seus esforços na entrega de cursos EAD – Ensino à Distância, que possuem um custo menor, em relação aos presenciais.

Além disso, a Entidade também teve uma redução expressiva no rendimento das aplicações financeiras, decorrente dos impactos macroeconômicos da COVID-19, conforme detalhado na nota explicativa 25.

Também como consequência da COVID-19, nesse ano não foi realizado o inventário físico anual de bens, decorrente do fechamento dos escritórios, Universidades, Institutos, entre outros.

A RNP também atuou em dois grandes projetos de relevância para a população. O primeiro deles foi: “Conexões às Unidades de Saúde da Família”, que visa conectar em banda larga 16 mil Unidades de Saúde no país para atendimento da população nesse período crítico.

O segundo projeto foi “Alunos Conectados”, que visa disponibilizar internet gratuita para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições da rede federal de todo o país. Com essa ação, nesse cenário de pandemia, foi possível retomar as atividades acadêmicas de forma remota e esses estudantes puderam ter acesso aos conteúdos educacionais oferecidos pelas instituições onde estudam. Mais que isso: o projeto contribuiu para democratizar o acesso à educação, impulsionar a inclusão digital e diminuir as desigualdades no acesso à Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), principalmente em áreas mais afastadas dos grandes centros, onde a oferta de internet ainda é incipiente.

Diante disso, a Entidade continua monitorando os possíveis riscos inerentes ao COVID-19 que possam vir a afetar suas operações. Até a presente data não houve mudança significativa, nas demais posições patrimoniais, além de eventuais riscos de liquidez e inadimplência.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

3. Práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Normas e interpretações emitidas e ainda não vigentes

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Entidade não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações no CPC 36(R3)/IFRS 10 e no CPC 18(R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou “Joint Venture”	Postergada indefinidamente
Alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16	Reforma da taxa de juros de referência	A partir de 1º. de janeiro de 2021.
Alterações ao CPC 27/IAS 16	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	A partir de 1º. de janeiro de 2022.
Alterações ao CPC 15/IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	A partir de 1º. de janeiro de 2022.
Alterações ao CPC 26/IAS 1)	Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante	A partir de 1º. de janeiro de 2023.

Não é esperado que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Entidade em períodos futuros.

3.2 Políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, saldos em caixa ou em conta movimento com risco insignificante de mudança de valor.

b) Apuração do superávit/(déficit)

O superávit/déficit é apurado pelo regime de competência para os recursos recebidos via Contrato de Gestão e convênios FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

A receita apropriada pelo regime de competência é reconhecida na extensão em que são incorridas as despesas relacionadas aos projetos executados com recursos do Contrato de Gestão ou financiados pela FINEP.

c) Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa - PECLD

O CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros - substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Para o contas a receber, a Entidade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

d) Imobilizado

Está registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 10, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou à sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de superávit/déficit no período em que o ativo for baixado.

A provisão para perda do ativo imobilizado é constituída após a realização do inventário físico anual. Os status passíveis de provisão são: não informado, não localizado, irrecuperável, obsoleto para o projeto, recuperável e em branco.

e) Intangível

Ativos intangíveis refletem os custos de aquisição deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável.

O critério para provisão para perda é similar ao aplicado ao ativo imobilizado mencionado na nota explicativa acima.

f) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de déficits e superávits, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

A RNP é parte em processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

g) Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

A Entidade reconhece um ativo financeiro no seu balanço patrimonial, quando, e apenas quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade avalia na data das demonstrações contábeis se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A Entidade não realizou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

i) Tributação

A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 9.637/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual lhe é conferida a isenção tributária de IRPJ e CSLL.

Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, a tributação sobre o lucro compreenderia o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedessem R\$ 240.000 no período de 12 meses, e a contribuição social seria computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, gerariam créditos ou débitos tributários diferidos.

A Entidade não tributa PIS e COFINS sobre a receita de subvenção governamental recebida, pois os recursos que são repassados para atender as obrigações do Contrato de Gestão têm natureza de repasse de recursos públicos destinados à realização de atividades e projetos, restando afastada a incidência de impostos ou contribuições, por não caracterizarem contraprestação de serviços.

Para as receitas de prestação de serviços os seguintes impostos e contribuições incidem pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto sobre Serviços – ISS	5,00%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	7,60%

j) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

O processo de elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas a entidades sem fins lucrativos, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e do intangível, assim como da provisão para contingências. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2020	2019
Banco conta movimento – Contrato de Gestão	18.448.606	1
Banco conta movimento – Associação	140.717	25.164
	18.589.322	25.165
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão	108.951.141	195.443.968
Aplicações financeiras – Associação	49.490.565	74.120.260
	158.441.706	269.564.228
	177.031.028	269.589.393

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

As aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa em instituições de primeira linha e indexadas à variação do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários, com vencimento no curto prazo, que aplicam seus recursos em carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais prefixados e em operações compromissadas lastreadas nesses mesmos títulos. Em 2020, houve uma queda expressiva na rentabilidade média anual do CDI (2,76% em 2020 e 5,96% em 2019), e por consequência, as aplicações apresentaram rentabilidade média de 0,49% a 2,53% a. a (2,2% a 5% a.a. em 2019).

5. Contas a receber

	2020	2019
Clientes	2.609.651	630.967
Duplicatas a receber	148.803	264.446
Provisão de serviços prestados e não faturados	2.866.035	4.820.671
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(68.603)	-
	<u>5.555.886</u>	<u>5.716.084</u>

A subconta de “Clientes” refere-se às emissões de notas fiscais eletrônicas de prestação de serviços e a conta “Duplicatas a receber” refere-se às faturas emitidas de receitas provenientes de cooperação técnica, convênios e patrocínios. A provisão de serviços a faturar foi constituída somente para os clientes que a Entidade possuía o aceite.

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento é como segue:

	2020	2019
A vencer	3.573.456	5.215.057
Vencidas há 30 dias	1.681.591	99.348
Vencidas de 31 a 60 dias	6.000	-
Vencidas de 61 a 180 dias	294.839	401.679
Vencidas há mais de 180 dias	68.603	-
	<u>5.624.489</u>	<u>5.716.084</u>

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(60.000)
(-) Reversão de provisão	60.000
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
(+) Constituição de provisão	(68.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>(68.603)</u></u>

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

6. Depósito em garantia

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aluguel	165.000	102.000
INMETRO	115.486	82.687
CPRM	79.093	79.093
Exército	-	10.145
CAPES	744.606	734.013
Total de garantias	<u>1.104.185</u>	<u>1.007.938</u>
Circulante	939.185	905.938
Não circulante	165.000	102.000

A RNP possui contratos firmados os clientes e fornecedores acima (contrato de locação) que exigem obrigações, através da constituição de uma garantia bancária.

7. Adiantamentos a terceiros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamentos a fornecedores	250.720	125.015
Imobilizações em andamento (a)	1.905.862	158.577
Adiantamento diversos	6.168	24.893
	<u>2.162.750</u>	<u>308.485</u>

(a) Em janeiro de 2021 houve o recebimento do material importado, na ordem de R\$ 1.226.370 (USD 236.017), relacionado ao projeto Bella (veja maiores informações na nota explicativa n° 11), que tem o objetivo atender as demandas de interconexão de longo prazo das comunidades de pesquisa e educação europeias e latino-americanas.

No entanto, para o processo de importação dos equipamentos, relacionado ao projeto Ciência Conectada Nordeste, no montante de R\$ 675.493 (USD 130.000), a RNP sofreu a retenção da carga, pois a respectiva foi parametrizada em canal vermelho na alfândega e foi lavrado um auto de infração e um termo de apreensão e guarda visando a aplicação da pena de perdimento dos equipamentos.

Em contrapartida, a Entidade realizou um depósito administrativo no valor de R\$ 89.317 para apresentação de defesa e para o caso dessa defesa ser vitoriosa, esse valor será devolvido. Os advogados classificaram essa causa como perda possível, e por esse motivo não houve a provisão no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020, mas sim a divulgação na nota explicativa n° 17.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

8. Depósitos judiciais

	<u>Quantidade</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Processo RFB (a)	1	498.765	498.765
Processo RFB – PIS/COFINS (b)	1	2.632.098	2.549.526
		<u>3.130.863</u>	<u>3.048.291</u>

- (a) Refere-se a uma ação ordinária visando a obtenção de provimento judicial para reconhecer a improcedência da cobrança de IRPJ pretendida pela Fazenda Nacional.
- (b) A partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive as decorrentes de operações realizadas para fins de *hedge*, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, passaram a ser de 0,65% e 4%, respectivamente. A RNP está recolhendo judicialmente o valor correspondente ao pagamento da COFINS, pois entende que essa cobrança é indevida, dado que a origem do valor aplicado é isenta de tributação, logo, seus rendimentos também deveriam ser.

Ambas as causas de acordo com os advogados da Entidade, têm possibilidade de sucesso e são classificadas como possível, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

9. Direito de uso de arrendamento

Os arrendamentos nos quais a Entidade, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato.

Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A taxa de desconto utilizada no cálculo dos contratos foi a SELIC média de 6,24% a.a.

A RNP possui contratos de aluguel das salas comerciais, espaço físicos para armazenagem e de equipamentos.

A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos no exercício de 2020:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Direito de uso em 1º. de janeiro	2.237.983	3.549.570
Adição/mensuração (i)	1.131.020	-
Depreciação	<u>(1.508.797)</u>	<u>(1.311.587)</u>
Direito de uso em 31 de dezembro	<u>1.860.207</u>	<u>2.237.983</u>

- (i) O contrato adicionado no respectivo exercício se refere à uma sala comercial em Brasília.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Residual Dez/19	Custo		Depreciação		Residual Dez/20
			Aquisições	Baixas	Adições	Baixas	
Equipamentos de computação	20%	37.291.895	21.502.889	(1.297.129)	(12.007.917)	49.579	40.635.955
Máquinas e equipamentos	10%	6.825.950	177.641	(74.523)	(1.115.708)	1.171.879	11.888.456
Móveis e utensílios	10%	2.765.969	348.458	(230.956)	(449.547)	214.227	2.648.151
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	7.371	-	-	-	-	7.371
Cabos de fibra ótica	5%	2.272.050	4.303.036	-	(246.803)	-	6.328.283
Provisão para perda no ativo		(3.861.638)	-	41.259	-	-	(3.820.378)
		45.301.453	26.332.023	(1.561.348)	(13.819.975)	1.435.685	57.687.838

	Taxas anuais de depreciação	Residual Dez/18	Custo		Depreciação		Residual Dez/19
			Aquisições	Baixas	Adições	Baixas	
Equipamentos de computação	20%	21.152.846	27.435.069	(3.990.137)	(11.035.342)	3.729.315	37.291.895
Máquinas e equipamentos	10%	7.410.911	570.059	(71.902)	(1.148.577)	65.459	6.825.950
Móveis e utensílios	10%	2.887.263	383.274	(1.690.072)	(483.761)	1.669.266	2.765.969
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10%	7.371	-	-	-	-	7.371
Cabos de fibra ótica	5%	-	2.327.357	-	(55.307)	-	2.272.050
Provisão para perda no ativo		(8.344.518)	(851.262)	5.334.143	-	-	(3.861.638)
		23.113.873	29.864.497	(417.968)	(12.722.989)	5.464.040	45.301.453

Com base no status de cada um dos bens, a administração constitui a provisão para perda do ativo fixo anualmente. Contudo, em razão da pandemia do COVID-19 (vide nota explicativa 2.2), não foi realizado o inventário físico no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, a Administração optou por manter a provisão para perda constituída com base no último inventário realizado (2019), pois considerando que (a) o último inventário foi realizado no mês de setembro de 2019; e (b) o fechamento dos escritórios, Universidades, Institutos, entre outros em grande parte do exercício de 2020, não haveria ajuste significativo na provisão constituída em 2019.

Por esse motivo, a provisão para perda foi estimada com base no inventário realizado no ano anterior (2019), descontando as baixas ocorridas em 2020. Dessa forma, a segregação dos valores por status dos bens está descrita abaixo:

Classificação do bem	Valor residual	
	31/12/2020	31/12/2019
Não informado	3.554.438	3.556.314
Não localizado	165.328	186.855
Irrecuperável	30.205	40.750
Obsoleto para o projeto	29.732	37.041
Recuperável	33.246	33.246
Em branco	7.432	7.432
Total Geral	3.820.378	3.861.638

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

No quadro abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 01 de janeiro	(3.861.638)	(8.344.518)
(-) Bens baixados no exercício	41.259	260.085
(-) Bens que deixaram de compor a provisão	-	5.074.057
(+) Bens que ingressaram na provisão no exercício	-	(851.262)
Saldo em 31 de dezembro	(3.820.378)	(3.861.638)

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 13.819.975 (R\$ 12.722.989 em 2019) e está registrada no resultado do exercício. Não há bens do ativo imobilizado dados em garantia a terceiros e não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos. No quadro a seguir demonstramos a conciliação da despesa com depreciação e amortização nos exercícios de 2020 e de 2019:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Amortização contrato Oi (*)	1.158.592	1.986.157
Depreciação do direito de uso de arrendamento (nota explicativa 9)	1.508.797	1.311.587
Amortização do intangível (nota explicativa 11)	148.469	177.141
Depreciação do imobilizado	13.819.975	12.722.989
	16.635.834	16.197.873

(*) Contrato registrado na rubrica "Despesa antecipada".

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Residual Dez/19	Custo		Amortização		Residual Dez/20
			Aquisições	Baixas	Adições	Baixas	
Sistema aplicativo software	20%	496.093	2.154.349	(391.290)	(148.469)	391.289	2.501.972
Direito cessão de uso em desenvolvimento (a)	4%	13.544.689	8.722.712	-	-	-	22.267.400
Provisão perda no ativo		(48.993)	-	-	-	-	(48.993)
		13.991.788	10.877.061	(391.290)	(148.469)	391.289	24.720.379

	Taxas anuais de amortização	Residual Dez/18	Custo		Amortização			Residual Dez/19
			Aquisições	Baixas	Adições	Baixas	Ajustes	
Sistema aplicativo software	20%	330.313	156.690	(10.886)	(177.141)	8.997	188.100	496.093
Direito cessão de uso em desenvolvimento (a)	4%	6.652.914	6.891.775	-	-	-	-	13.544.689
Provisão perda no ativo		(84.560)	(8.542)	44.109	-	-	-	(48.993)
		6.898.667	7.039.923	33.243	(177.141)	8.997	188.100	13.991.788

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 148.469 (R\$ 177.141 em 2019) e está registrada no resultado do exercício. Também não houve alteração no tempo de vida útil econômica dos ativos.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

Com base no status de cada um dos bens, a administração constitui a provisão para perda anualmente. Contudo, em razão da pandemia do COVID-19 (vide nota explicativa 2.2), não foi realizado o inventário físico no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, a Administração optou por manter a provisão para perda constituída com base no último inventário realizado (2019), pois considerando que (a) o último inventário foi realizado no mês de setembro de 2019; e (b) o fechamento dos escritórios, Universidades, Institutos, entre outros em grande parte do exercício de 2020, não haveria ajuste significativo na provisão constituída em 2019.

Por esse motivo, a provisão para perda foi estimada com base no inventário realizado no ano anterior (2019). Dessa forma, a segregação dos valores por status dos bens está descrita abaixo:

Classificação do bem	Valor residual	
	31/12/2020	31/12/2019
Não informado	48.993	48.993
Total geral	48.993	48.993

(a) BELLA, Build Europe Link with Latin America, é um projeto que tem o objetivo de atender as demandas de interconexão de longo prazo das comunidades de pesquisa e educação europeias e latino-americanas, por interesse do Governo Brasileiro e delegação expressa do MCTIC através do Ofício MCTI nº 169 de 13/04/2016. Esse projeto garante a cessão do direito de uso de longo prazo sobre espectro em um cabo submarino direto entre as duas regiões, assim como a implementação de uma rede de pesquisa e educação com 100Gbps de capacidade em toda a América Latina.

O sistema de comunicação submarino foi licitado e contratado por CLARA e GÉANT, em nome da RNP e demais redes de pesquisa e educação nacionais participantes do “consortium agreement BELLA”, formado pelas redes (RNIE ou NREN) do Brasil, Chile, Colômbia, Equador, França, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha.

O financiamento do projeto BELLA está a cargo da União Europeia, por meio do programa Horizonte 2020, em virtude dos acordos de subvenção com referências 731505-DG-CNECT (BELLA-S1), DG-DEVCO, LA/2016/376-534 (BELLA-T) e DG-GROWTH. Esse projeto recebe financiamento em espécie de CEDIA (Equador), REUNA (Chile), RENATA (Colômbia) e RNP (Brasil). Juntas, as redes contribuem com 30% do custo de acesso ao cabo transatlântico da empresa ELLALINK, além de contribuírem significativamente para o *upgrade* da rede regional de CLARA na América do Sul.

O contrato é de 25 anos com valor total de € 8.966 mil a serem pagos em parcelas no período de 2018 a 2022, refletindo em uma cessão de direito de uso de longo prazo, em desenvolvimento, e com amortização prevista para os últimos 23 anos do acordo, visto a data de referência para o início da implantação do cabo submarino Brasil-Europa pela empresa ELLALINK ser dezembro de 2018 e os benefícios econômicos passarem a ser utilizados a partir do prazo estimado de 24 meses de início dos aportes financeiros.

No exercício de 2020 houve o aporte de R\$ 8.722.712, equivalente a €1.493.359 (R\$ 6.891.775 em 2019 equivalente a €1.493.359).

O projeto ainda não entrou em operação, visto que é necessário que haja algumas entregas, como por exemplo a conclusão da implantação do trecho submarino, que há previsão de finalização até o segundo semestre de 2021.

O 4º aporte previsto para 2020 também não foi realizado pela RNP, pois este repasse está condicionado à medida que os *milestones* são conquistados pelo provedor (Ellalink), como o mesmo sofreu atrasos por conta da pandemia o pagamento é postergado até que o *milestone* seja devidamente concluído e comprovado.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

12. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores telecomunicações (a)	4.108.524	5.132.646
Fornecedores não telecomunicações	9.750.749	9.941.794
	13.859.273	15.074.440

- (a) No exercício de 2019 houve um expressivo trabalho da RNP na busca pela renegociação dos valores mensais de serviços de Telecom de alguns fornecedores, que tiveram reflexo efetivo no exercício de 2020. A média de economia foi de R\$ 1.000.000,00 ao mês, conforme mencionado na nota explicativa 22.

13. Passivo de arrendamento

	2020	2019
Principal – CP	1.274.690	1.275.282
Encargos financeiros a apropriar - CP	(79.341)	(105.099)
Circulante	1.195.349	1.170.183
Principal – LP	781.643	1.188.775
Encargos financeiros a apropriar - LP	(28.214)	(62.785)
Não circulante	753.429	1.125.990
	1.948.778	2.296.173

A taxa de desconto utilizada no cálculo dos contratos foi a SELIC média de 6,24 % a.a, tendo em vista que ela reflete a taxa básica de juros de toda a economia norteando assim as demais taxas de juros.

Ademais, destaca-se que a RNP não possui histórico de captação de empréstimos junto às instituições financeiras. No quadro abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício de 2020.

	2020
Arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2019:	2.296.173
Remensuração/adição de novos contratos	(1.136.699)
Pagamento de principal	(1.634.546)
Apropriação de juros ao resultado do período	150.452
	1.948.778

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos, segregado por ano:

	Valor nominal	Valor presente
2021	1.274.690	1.195.349
2022	689.964	662.467
2023	91.679	90.692
	2.056.333	1.948.778

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

14. Obrigações fiscais

	2020	2019
ISS a recolher	180.786	105.648
IRRF a recolher	1.315.974	1.220.461
CSL/COFINS/PIS	303.634	225.493
COFINS sobre prestação de serviços	157.415	430.908
	1.957.810	1.982.510

15. Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Férias	5.578.836	4.496.358
INSS sobre férias	1.410.186	1.146.569
FGTS sobre férias	442.410	359.707
Prêmio de desempenho	2.935.284	2.935.284
Outros	18.870	29.701
	10.385.586	8.967.619

O Prêmio de Desempenho foi instituído com o objetivo de recompensar os empregados que tiveram participação no atingimento da meta institucional, prevista no Contrato de Gestão firmado entre a RNP e o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, para o fomento de tecnologias de informações e comunicações no meio acadêmico público federal.

Esse prêmio é pago por liberalidade e só é efetivado quando as metas são atingidas e quando existem recursos financeiros disponíveis para seu custeio. Não se constituindo em remuneração fixa para fins de incorporação aos salários. Em janeiro de 2021, o respectivo passivo foi liquidado.

16. Obrigações em circulação

	2020	2019
Contrato de Gestão – MCTIC (a)	186.035.341	237.471.901
Finep – Cloudlab	369.862	369.148
	186.405.203	237.841.049
Recursos de projetos incentivados (b)		
Projeto Frida	25.844	-
Projeto Global Biodiversity	87.451	-
	113.295	-
	186.518.498	237.841.049

- (a) O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP. As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINEP, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada no caixa da Organização.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

A medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício.

Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão já pactuados, a RNP recebeu em 2020 o valor total de R\$ 178.170.327. Desse montante, R\$ 96.094.360 são de competência de 2019 e R\$ 82.075.967 do exercício de 2020, conforme segue:

	<u>2020</u>
19º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	1.319.000
21º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	43.000.000
22º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	11.275.360
24º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	21.400.000
25º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	17.600.000
26º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	1.500.000
27º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	82.075.967
	<u>178.170.327</u>

Para o exercício de 2021 os recursos remanescentes previstos para repasse de valores de competência do ano de 2020 totalizam R\$ 303.118.525, conforme a seguir:

	<u>R\$</u>
27º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	87.835.707
28º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	159.122.431
29º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	25.581.564
30º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	30.578.823
	<u>303.118.525</u>

No demonstrativo a seguir apresentamos a movimentação da conta de obrigação em circulação:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial em 01 de janeiro	237.841.049	186.113.427
Ingresso de recursos do contrato de gestão	178.170.327	269.737.215
Despesas executadas no exercício - contrato de gestão	-229.606.887	-217.835.525
Despesas executadas no exercício - FINEP/CLOUDLAB	-237	-175.696
Outros - FINEP/CLOUDLAB	952	1.628
Saldo final em 31 de dezembro	<u>186.405.203</u>	<u>237.841.049</u>

- (b) O montante registrado nessa rubrica corresponde aos valores recebidos antecipadamente a título de patrocínios, convênios ou acordos para execução de projetos específicos. A medida que os gastos são incorridos, estes são contabilizados no resultado do exercício e a receita correspondente é reconhecida no mesmo montante.

O projeto FRIDA (Fundo Regional para a Inovação Digital na América Latina) consiste no desenvolvimento de uma ferramenta de código aberto e independente de fabricante para auditoria de segurança em equipamentos de rede. A proposta é verificar itens de configuração e software, apontar boas práticas e recomendações, e gerar relatórios para acompanhamento de vulnerabilidades mapeadas de forma proativa.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

17. Provisão para riscos judiciais

A RNP é parte em processos judiciais ou em riscos potenciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, levando em consideração experiências com naturezas semelhantes, foram classificadas como de risco provável de perda.

A Administração entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes para preservar o seu patrimônio, registrando o reconhecimento de provisões para perdas prováveis de processos judiciais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, de acordo com os valores abaixo discriminados:

	2020	2019
Trabalhistas (processos judiciais)	136.682	184.309
Trabalhistas (terceirização)	20.539.055	21.368.534
	<u>20.675.737</u>	<u>21.552.843</u>

A movimentação da provisão para riscos judiciais ocorreu conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2020	2019
Saldo em 01 de janeiro	<u>21.552.843</u>	<u>24.619.521</u>
(-) Reversão de provisão	(21.490.380)	(1.830.147)
(-) Pagamentos	(158.873)	(2.963.769)
(+) Constituição de provisão	<u>20.772.146</u>	<u>1.727.239</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>20.675.737</u>	<u>21.552.843</u>

(1) O montante pago em 2019 está substancialmente relacionado à ação judicial impetrada pela empresa Global Crossing Comunicações do Brasil Ltda.

Contingências classificadas como possíveis

Adicionalmente, a Entidade tem ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Quantidade	2020	Quantidade	2019
Trabalhistas (a)	4	388.485	5	779.663
Tributárias (b)	5	4.228.907	2	3.364.508
	<u>9</u>	<u>4.617.392</u>	<u>7</u>	<u>4.144.171</u>

- (a) Das causas classificadas como perda possível em 2019, 2 delas tiveram seu prognóstico alterado para remoto ou foram arquivadas e uma causa anteriormente classificada como remota, passou a ser considerada como perda possível.
- (b) As causas tributárias divulgadas em 2019 estão relacionadas aos valores mantidos em depósito judicial. O montante de R\$ 2.549.526 se refere à COFINS recolhida mensalmente em juízo sobre as receitas financeiras incorridas. Já o montante de R\$ 814.982 está relacionado ao depósito judicial realizado na ordem de R\$ 498.765 da ação ordinária para reconhecer a improcedência de IRPJ pretendida pela Fazenda Nacional.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

Essas causas se mantiveram com a mesma probabilidade de perda em 2020, contudo tiveram atualização nos valores.

Ademais, também houve o ingresso de três processos relacionado à retenção de equipamentos importados pela RNP. A carga foi parametrizada em canal vermelho na alfândega e foi lavrado um auto de infração e um termo de apreensão e guarda visando a aplicação da pena de perdimento aos equipamentos. A respectiva importação está registrada na conta de importação em andamento no valor de R\$ 675.493, e a RNP realizou um depósito administrativo no valor de R\$ 89.317, para apresentação de defesa e para o caso dessa defesa ser vitoriosa, esse valor será devolvido.

18. Patrimônio Líquido

(a) Patrimônio Social

O patrimônio social é constituído pelas dotações iniciais concedidas/cedidas pelos fundadores e adicionados pelo superávit ou déficit apurados em cada exercício social.

(b) Superávits/Déficits acumulados

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social no exercício subsequente.

19. Receita de convênios

	2020	2019
Acordo de Cooperação MCTIC/RNP	3.396.532	18.240.762
INATEL	1.845.674	1.324.682
Huawei Do Brasil Telecomunicações	1.511.102	500.000
Companhia De Pesquisa De Recursos Minerais - CPMR	288.688	739.516
PNUMA	260.214	755.080
Microsoft	-	346.500
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	275.000	340.000
Instituto Federal de Educação de Brasília - IFB	-	233.884
Lauren Foundation	161.747	138.298
Fundo Nacional De Desenvolvimento de Educação - FNDE	138.973	138.973
CEBRASPE	-	107.946
Centro de Educação Superior de Brasília - CESB	-	107.946
KRYPTUS	-	105.460
Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB	-	59.370
INMETRO	-	53.973
Binário Distribuidora de Equipamentos Eletrônicos	8.000	25.000
Outros	594.177	1.541.176
	<u>8.480.108</u>	<u>24.758.567</u>

A receita de convênios é a forma pela qual a RNP busca alavancar recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso, quanto para atender aos conveniados em serviços de rede ou para complementar a infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e de novas comunidades. Com isso, propicia o aumento da base de clientes, diminuindo a vulnerabilidade da RNP em relação ao Contrato de Gestão como único e grande financiador.

No exercício de 2020 tivemos uma variação bem expressiva decorrente da redução dos acordos de PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) junto ao MCTIC.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

20. Receita de prestação de serviço

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Recursos	22.512.135	27.293.247
Outras Receitas	726.483	1.940.666
	23.238.618	29.233.913
Tributos sobre serviços prestados		
ISS	(1.280.675)	(1.220.680)
COFINS	(1.672.872)	(2.237.728)
	(2.953.546)	(3.458.408)
	<u>20.285.072</u>	<u>25.775.504</u>

A redução expressiva nessa conta deve-se ao fato do fim da vigência de alguns serviços prestados para a CAPES, para o INMETRO e pela diminuição dos serviços de cursos presenciais. A partir do segundo semestre de 2020, a Entidade passou a ofertar cursos EAD – Ensino à Distância, no qual possui um custo menor.

21. Despesas com pessoal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e ordenados (a)	(37.330.957)	(34.215.883)
INSS	(12.795.795)	(11.997.278)
Autônomos	(5.230.354)	(6.278.594)
Assistência médica	(2.665.898)	(2.321.594)
FGTS	(3.867.107)	(4.052.964)
13º salário	(3.530.088)	(3.240.665)
Auxílio alimentação/refeição	(2.977.804)	(2.705.113)
Horas extras	(1.409.459)	(913.539)
Férias indenizadas	(473.624)	(754.767)
Auxílio creche	(512.753)	(519.449)
PIS s/ folha de pagamento	(460.552)	(421.648)
Outros	(1.107.469)	(847.117)
Prêmio de desempenho (b)	(2.812.937)	8.294
	<u>(75.174.796)</u>	<u>(68.260.317)</u>

(a) A variação ocorrida na conta de salários e ordenados se deu pelo aumento do número de funcionários e pelas promoções concedidas no período.

(b) A variação expressiva na despesa com prêmio de desempenho ocorreu em razão da decisão tomada em 2019 pelo pagamento de metade do valor provisionado no ano de 2018. Sendo assim a despesa de 2019 foi afetada pela provisão do ano, R\$ 2.935.284 (referente ao prêmio de desempenho de 2018) menos a reversão de parte do passivo, R\$ 2.943.578 (referente ao prêmio de 2017).

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

22. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Conectividade nacional (a)	(57.848.692)	(70.207.106)
Convênio de cooperação acadêmica (b)	(16.841.943)	(23.015.117)
Outras despesas	(7.525.682)	(8.256.428)
Consultoria de sistema de informação (c)	(25.125.431)	(21.442.496)
Serviço de terceirização de mão de obra (d)	(20.236.982)	(10.465.340)
Viagens (e)	(1.158.192)	(6.946.606)
Renovação de licenças (f)	(11.104.169)	(6.864.124)
Conectividade internacional (g)	(2.542.892)	(4.736.421)
Convênio de cooperação técnica (h)	(1.233.925)	(4.088.630)
Consultoria e ass. de informática e congêneres	(4.440.099)	(3.462.194)
Material de informática	(2.499.919)	(3.096.464)
Serviço de manutenção. de equipamentos	(2.553.364)	(2.687.657)
Utilidades e serviços	(1.873.230)	(2.354.399)
Serviço de suporte e manutenção de software	(4.810.335)	(2.373.740)
Ocupação	(1.798.016)	(1.956.440)
Serviço de instalação e configuração	(2.040.802)	(1.532.554)
Consultoria jurídica	(214.198)	(1.190.563)
Consultoria de gestão de projetos	(1.172.737)	(1.175.639)
Consultoria e assessoria – ESR	(332.812)	(1.037.930)
Serviço de obra civil	(1.911.708)	(978.792)
Serviços especializados - eventos	(184.576)	(946.993)
Treinamentos e cursos	(1.480.172)	(724.567)
Consultoria e assessoria em P&D de projetos	(1.016.281)	(481.252)
Assessoria contábil/custos	(76.778)	(447.305)
Assessoria em design	(288.208)	(390.488)
Serviço de auditoria	(311.220)	(373.568)
Assessoria de imprensa	(307.785)	(196.828)
Serviço de arquitetura / engenharia	(44.650)	(141.364)
Serviço de cooperativas - táxi	(23.614)	(117.329)
Consultoria de suporte e manutenção de rede	(28.110)	(23.825)
	(171.026.523)	(181.712.159)

As maiores variações ocorridas no grupo de despesas gerais e administrativas são justificadas por:

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa 12, no exercício de 2019 houve um expressivo trabalho da RNP na busca pela renegociação dos valores mensais de serviços de Telecom de alguns fornecedores, que tiveram reflexo efetivo no exercício de 2020. A média de economia foi de R\$ 1.000.000,00 ao mês. Sendo assim a redução no ano foi da ordem aproximada de R\$ 12.000.000,00.
- (b) A redução expressiva na conta de cooperação acadêmica se deu por conta do encerramento da execução de serviços de dois grandes projetos: 4ª chamada Coordenada e Chamada conjunta RNP X NSF - National Science Foundation.
- (c) A variação expressiva ocorrida na respectiva conta se deu pela necessidade de contratação de serviços relacionados à consultoria de sistema de quatro grandes projetos:
 - 1º- Programa Ciência na Escola, que tem o objetivo de aprimorar a qualidade do ensino de ciências nos cursos fundamental e médio das escolas públicas brasileiras, qualificando professores e ainda estimulando alunos a optarem por carreiras na área científica;

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

2º - Projeto Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa, que tem por objetivo mapear e reunir, de maneira sistemática, informações sobre a infraestrutura de pesquisa nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) no país, possibilitando o acesso da comunidade científica/tecnológica e de empresas às instalações laboratoriais e aos equipamentos de pesquisa existentes, promovendo seu uso compartilhado. O papel da RNP é entregar uma plataforma para fazer a gestão desses recursos, mapeando todos os requisitos e processos necessários para essa efetivação;

3º - O projeto DATASUS - USF foi firmado junto com o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), e tem como objetivo a gestão de soluções de conectividade à internet, pela contratação de provedores privados para cerca de 16 mil Unidades de Saúde da Família (USF) que realizam a atenção primária e que não dispõem de conexão adequada para a gestão integral do SUS; e

4º - Projeto Alunos Conectados que visa disponibilizar internet gratuita para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições da rede federal de todo o país. Com essa ação, nesse cenário de pandemia, foi possível retomar as atividades acadêmicas de forma remota e esses estudantes puderam ter acesso aos conteúdos educacionais oferecidos pelas instituições onde estudam.

- (d) A variação expressiva nesse grupo se deu pela necessidade do aumento da contratação de mão-de-obra especializada para prestação de serviço de sustentação (manutenção e operação) e desenvolvimento de sistemas web. Esses profissionais atendem principalmente às demandas de projetos da DAGSOL (Diretoria Adjunta de Gestão de Soluções) no âmbito da prestação de serviços profissionais especializados: PNLD, Carlos Chagas, SISU, Convênios, Plataforma de Infraestrutura, Ciência na escola e INEP.
- (e) A redução expressiva nessa conta se deu pela pandemia do COVID-19, onde foram suspensas as viagens programadas.
- (f) A variação expressiva ocorreu principalmente pela contratação de um suporte ambiente de nuvem do SISU (Sistema de Seleção Unificada). O SISU é um sistema informatizado, gerenciado pelo MEC (Ministério da Educação), onde as instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para quem participou do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Na primeira edição (jan/2019), houve uma série de problemas na aplicação, que acarretou em um suporte emergencial da RNP. Diante desse incidente, a RNP elaborou uma modelagem de um plano de trabalho objetivando a mitigação de riscos e custos por meio da contratação de uma infraestrutura de provedor de nuvem.

Além disso, também houve um aumento nos gastos com a renovação de serviços de licença para o Portal de periódicos da CAPES decorrente do aumento dólar.

- (g) A variação expressiva na conta de conectividade internacional ocorreu pela redução mensal em aproximadamente 50% do contrato de prestação de serviços com o fornecedor Latin American Research and Education Networks - Lauren.
- (h) A redução expressiva em 2020 se deu pelo fim da execução das despesas relacionado ao Acordo de Cooperação Técnica com o MCTIC do projeto de tecnologia de comunicação móvel quinta geração 5G.

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

23. Despesas tributárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IR s/ serviços no exterior	(670.366)	(613.494)
Impostos e taxas	(1.097.420)	(1.140.408)
Outros	(379.801)	(343.622)
	<u>(2.147.588)</u>	<u>(2.097.524)</u>

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Reversão de perdas - ativo imobilizado e intangível	41.259	4.518.449
(a)		
Baixas de ativo imobilizado e intangível	(166.923)	(101.839)
Reembolso de bens segurados (b)	152.360	-
Devolução de recursos (c)	(6.156.809)	-
Variação cambial	140.643	197.828
Outros	135.798	2.315
	<u>(5.853.672)</u>	<u>4.616.753</u>

(a) Vide nota explicativa 10.

(b) O respectivo montante se refere ao reembolso recebido pela RNP em virtude de um sinistro com bens que estavam alocados à subestação da Eletrosul, em Lajeado Grande.

(c) No exercício de 2020 houve a necessidade de devolução de recursos repassados para a RNP. Os projetos que mais impactaram nesse montante foram: ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no valor de R\$ 1.180.957 (devolução total) e do projeto 3ª Chamada, no valor de R\$ 4.692.334 (devolução parcial decorrente da finalização por execução).

25. Resultado financeiro líquido

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras (a)	1.722.563	6.253.366
Atualização monetária	-	42
	<u>1.722.563</u>	<u>6.253.408</u>
Despesas financeiras		
Variação cambial (b)	(1.162.512)	(623.690)
IRRF s/ aplicação financeira (a)	(390.083)	(1.203.337)
Juros	(166.438)	(188.630)
IOF	(122.471)	(131.669)
Despesas bancárias	(54.863)	(43.149)
Juros e multas passivas	(5.723)	(5.194)
Taxa de saída	(971)	(21.081)
Outras despesas	(66.263)	-
	<u>(1.969.325)</u>	<u>(2.216.750)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(246.762)</u>	<u>4.036.658</u>

(a) A redução expressiva nos juros sobre as aplicações financeiras e IRRF se deu em razão da redução de saldo de caixa da Entidade. As entradas de recursos no exercício de 2020,

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

relacionadas ao contrato de gestão, eram grande parte de competência/execução do ano de 2019. Dessa forma, não foi possível manter saldo em caixa para aplicação.

Ademais, grande parte desses recursos estão alocados em fundos automáticos, que possuem alta liquidez, são suscetíveis a baixíssimo risco de variação de valor e que possuem em sua composição 92% em Operações Compromissadas lastreadas em títulos públicos Federais que acompanham o CDI como taxa de referência para remunerar os cotistas. Considerando os aspectos macroeconômicos do nosso país durante o ano de 2020, mais especificamente os seguidos cortes na taxa básica de juros (SELIC), e a natural correlação entre ela e o CDI, é justificado e esperado que o desempenho do fundo fosse considerado aquém do projetado no final de 2019 para o ano de 2020.

- (b) O aumento no grupo de despesa com variação cambial ocorreu em razão da elevação de importação de equipamento em 2020, relacionado principalmente aos projetos de melhoria da infraestrutura que compõe o Backbone da rede Ipê.

26. Transações com partes relacionadas

Remuneração e pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$ 1.960.898 (R\$ 2.376.869 em 2019). A RNP não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores.

A RNP é co-fundadora e associada à CLARA - Cooperação Latino Americana de Redes Avançadas, uma Organização de Direito Internacional sem fins lucrativos que opera uma rede de Internet Avançada, a RedCLARA, que tem como objetivo interconectar internacionalmente a RNP às redes acadêmicas de diversos países da América Latina e Europa. Com isso, estende o serviço de conectividade às instituições usuárias destes outros países e do continente europeu.

CLARA possui um conselho diretivo escolhido através de votação, em assembleia de seus associados. Atualmente, o Diretor de Engenharia e Operações, Eduardo Cezar Grizendi, é o representante da RNP no Conselho Diretivo de CLARA.

27. Gestão dos riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais e políticas

A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração.

a) Gestão de risco financeiro

A atividade da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros) e risco de liquidez. A gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a.1) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras da Entidade, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio

Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1º linha.

a.2) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, e capacidade de liquidar posições de mercado.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo em condições normais de mercado. Esses instrumentos visam a liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Entidade não realizou operações com caráter especulativo, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de riscos.

28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020 os ativos da RNP estavam segurados contra sinistros pelo Limite Máximo de Garantia de R\$ 13.874.472,18 para equipamentos diversos, tais como roteadores, switch, transceiver, servidores e de R\$ 795.656,86 para ativos de infraestrutura mobiliária, pelo valor total pago de prêmio de R\$ 293.129,67, sendo o valor de R\$ 287.275,29 referente às apólices de equipamentos diversos e R\$ 5.854,38 às de móveis em geral. As apólices têm vigência média de um ano, sendo a vigência final em novembro de 2021.

Nas apólices foram listados todos os locais de risco cobertos, bem como todos os itens contemplados na proteção com suas respectivas características de identificação tais como número de série, marca, descrição e seu respectivo local de risco conforme especificado na apólice.

Em novembro de 2020 também foi firmada uma apólice para cobertura de equipamentos de notebooks, smartphones, tablets e afins com cobertura total no valor de R\$615.190,73 cujo valor do prêmio pago correspondeu ao montante de R\$ 86.112,38.

Além do mencionado, há ainda a apólice referente ao seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores por danos ambientais, protegendo a importância total de R\$ 30.000.000,00 cujo prêmio total estipulado foi fixado em R\$41.706,99.

Adicionalmente, ao longo do ano, o seguro é revisto e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Entidade.

29. Eventos subsequentes

a) Aditivos ao contrato de gestão

Em janeiro de 2021 a Entidade recebeu de recursos do Contrato de Gestão no montante total de R\$ 251.807.981 referentes aos 27º, 28º, 29º e 30º Termos Aditivos, conforme descritos na nota explicativa nº 16.
